



Deutsch-Portugiesische
Industrie- und Handelskammer
Câmara de Comércio e Indústria
Luso-Alemã

CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA LUSO - ALEMÃ

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2021

ÍNDICE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO.....	4
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS.....	5
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO.....	6
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	7
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	8
1. INTRODUÇÃO.....	8
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	8
2.1 Base de Preparação.....	8
2.2 Derrogação das disposições do SNC.....	9
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	9
3.1 Conversão Cambial.....	9
3.2 Ativos Fixos Tangíveis.....	9
3.3 Ativos Fixos Intangíveis.....	11
3.4 Imparidade de Ativos.....	11
3.5 Clientes e Outras Contas a Receber.....	12
3.6 Caixa e Equivalentes de Caixa.....	12
3.7 Imposto sobre o Rendimento.....	13
3.8 Provisões.....	13
3.9 Subsídios e Apoios do Governo.....	13
3.10 Gastos e Rendimentos.....	14
3.11 Compensação de Saldos e Transações.....	14
3.12 Principais Estimativas e Julgamentos Apresentados.....	14
3.12.1 Provisões.....	14
3.12.2 Imparidade.....	15
3.12.3 Prestações de serviços.....	15
4. FLUXOS DE CAIXA.....	16
4.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso.....	16
4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.....	16
5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.....	17
5.1 Alterações nas Políticas Contabilísticas.....	17
6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	18

7. ATIVOS INTANGÍVEIS	20
8. CLIENTES.....	21
9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	22
10. OUTRAS CONTAS A RECEBER	22
11. DIFERIMENTOS	23
12. RESERVAS E AJUSTAMENTOS PARTES CAPITAL	24
13. PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS	24
14. FORNECEDORES	25
15. OUTRAS CONTAS A PAGAR.....	25
16. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS.....	26
17. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	26
18. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	27
19. GASTOS COM PESSOAL.....	27
20. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS.....	28
21. OUTROS GASTOS E PERDAS.....	28
22. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS	29
23. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	29

BALANÇO

RUBRICAS	RUBRIKEN	NOTAS HINWEISE	Datas / Zeitraum	
			31.12.2021	31.12.2020
ATIVO	AKTIVA			
Ativo não corrente	Langfristiges Anlagevermögen			
Ativos fixos tangíveis	Sachanlagen	6	606.154	649.512
Participações financeiras	Finanzielle Beteiligung		250.188	236.302
Ativos intangíveis	Immaterielle Vermögenswerte	7	21.955	10.407
			878.298	896.221
Ativo Corrente	Kurzfristige Vermögenswerte			
Clientes	Kunden	8	424.867	409.158
Estado e outros entes públicos	Staat und öffentliche Institutionen		1.340	1.340
Outras contas a receber	Sonstige Forderungen	10	569.044	892.490
Diferimentos	Abgrenzung	11	48.313	25.142
Caixa e depósitos bancários	Kasse und Bankguthaben	4.2	7.441.849	7.355.901
			8.485.412	8.684.031
TOTAL DO ATIVO	GESAMTVERMÖGEN		9.363.710	9.580.252
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	PASSIVA UND EIGENKAPITAL			
CAPITAL PRÓPRIO	EIGENKAPITAL			
Reserva imóvel	Gebäuderücklage	12	562.421	562.421
Reserva liquidez	Liquiditätsrücklage	12	29.707	29.707
Resultados transitados	Ergebnisvortrag	12	1.747.803	1.703.271
Outras variações no Capital Próprio	Sonstige Veränderungen im Eigenkapital	12	76.999	90.776
			2.416.929	2.386.175
Resultado líquido do período	Nettoergebnis des Geschäftsjahres		40.508	44.531
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	EIGENKAPITAL INSGESAMT		2.457.438	2.430.707
PASSIVO	PASSIVA			
Passivo não corrente	Langfristige Verbindlichkeiten			
Provisões para Riscos e Encargos	Rückstellungen für Risiken und Kosten	13	0	0
Outras Provisões	Andere Rückstellungen	13	516.999	457.512
Financiamentos obtidos	Ausgezahlt Fremdkapital		0	0
Passivos por impostos diferidos	Verbindlichkeiten durch latente Steuern		0	0
			516.999	457.512
Passivo corrente	Kurzfristige Verbindlichkeiten			
Fornecedores	Lieferanten	14	186.636	306.454
Estado e Outros Entes Públicos	Staat und öffentliche Institutionen	9	156.379	182.661
Financiamentos obtidos	Ausgezählte Darlehen		0	0
Outras contas a pagar	Sonstige ausstehende Verbindlichkeiten	15	6.012.399	6.169.503
Diferimentos	Abgrenzung	11	33.860	33.415
			6.389.273	6.692.033
TOTAL DO PASSIVO	PASSIVA INSGESAMT		6.906.272	7.149.545
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	EIGENKAPITAL UND PASSIVA INSGESAMT		9.363.710	9.580.252

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

RENDIMENTOS E GASTOS	AUFWENDUNGEN UND KOSTEN	NOTAS HINWEISE	PERÍODOS / ZEITRAUM	
			2021	2020
Serviços prestados	Dienstleistungen	16	1.825.557	1.801.511
Subsídios à exploração do BMWi e IEFP	Zuschüsse des BMWA und IEFP	17	3.891.087	3.624.382
Fornecimentos e serviços externos	Lieferanten externer Dienstleistungen	18	2.298.240	2.317.659
Gastos com o pessoal	Personalaufwendungen	19	2.396.845	2.294.685
Perdas por imparidade de dívidas a receber	Verluste von Wertberichtigung auf Forderungen	8	45.128	83.977
Reversões de perdas por imparidade de dívidas a receber	Wertaufholungen von Wertberichtigung auf Forderungen	8	41.754	8.127
Provisões do período	Rückstellungen für den Zeitraum	13	64.478	65.600
Reversões de provisões	Auflösungen von Rückstellungen	13	4.990	23.929
Outros rendimentos e ganhos	Sonstige Erträge und Gewinne	20	380.623	614.084
Outros gastos e perdas	Sonstige Aufwendungen und Verluste	21	1.172.651	1.101.343
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	Ergebnis vor Abschreibungen, Finanzaufwendungen und Steuern		166.670	208.768
Gastos de depreciação e de amortização	Aufwendungen auf Abschreibungen		131.164	168.985
Reversões de depreciação e de amortização	Wertaufholungen auf Abschreibungen		0	0
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	Operatives Ergebnis (vor Finanzaufwendungen und Steuern)		35.505	39.783
Juros e rendimentos similares obtidos	Zinsen und ähnliche Erträge	22	5.360	5.360
Juros e gastos similares suportados	Zinsen und ähnliche Aufwendungen	22	0	0
Resultado antes de impostos	Ergebnis vor Steuern		40.865	45.143
Imposto sobre o rendimento do período	Steuern auf Gewinn für den Zeitraum		357	611
Resultado líquido do período	Nettogewinn des Geschäftsjahres		40.508	44.531

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

	NOTAS	Capital realizado	Outras Variações	Outras Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período
A 1 DE JANEIRO DE 2020		429	104.125	592.128	1.665.929	37.342
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Primeira adoção de novo referencial contabilístico						
Alterações políticas / estimativas contabilísticas						
Ajustamentos por impostos diferidos						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			(13.778)		37.342	(37.342)
		0	(13.778)	0	37.342	(37.342)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						44.531
RESULTADO INTEGRAL		429	90.348	592.128	1.703.271	44.531
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Realizações de capital						
Entradas para cobertura de perdas						
Outras operações						
		0	0	0	0	0
A 31 DE DEZEMBRO DE 2020		429	90.348	592.128	1.703.271	44.531
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Alterações políticas contabilísticas						
Ajustamentos por impostos diferidos						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			(13.778)		44.531	(44.531)
		0	(13.778)	0	44.531	(44.531)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						40.508
RESULTADO INTEGRAL		429	76.570	592.128	1.747.803	40.508
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Realizações de capital						
Entradas para cobertura de perdas						
Outras operações						
		0	0	0	0	0
A 31 DE DEZEMBRO DE 2021	12	429	76.570	592.128	1.747.803	40.508

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1.806.474	1.789.975
Pagamentos a fornecedores		(2.418.058)	(2.178.530)
Pagamentos ao pessoal		(2.427.213)	(2.249.589)
Caixa gerada pelas operações		(3.038.797)	(2.638.145)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(611)	(2.405)
Outros recebimentos / pagamentos		3.247.014	650.757
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		207.606	(1.989.793)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(81.222)	(101.227)
Activos intangíveis		(18.133)	(6.089)
Investimentos financeiros		(13.885)	(5.208)
Outros activos		(13.778)	(13.778)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0	0
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		(127.018)	(126.302)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Juros e ganhos similares		5.360	5.360
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		0	0
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		5.360	5.360
Variação de caixa e seus equivalentes			
		85.948	(2.110.735)
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalente no início do período		7.355.901	9.466.635
Caixa e seus equivalente no fim do período		7.441.849	7.355.901

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. INTRODUÇÃO

A CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA LUSO-ALEMÃ, adiante também identificada por CCILA ou Câmara, com sede na Av. da Liberdade n.º 38 - 2º, em Lisboa, é uma associação sem fins lucrativos e de utilidade pública, constituída em 1954, dedicando-se ao fomento das relações económicas entre a Alemanha e Portugal.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho Diretor na reunião de 8 de março de 2022. É opinião da Direção que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Câmara, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de Preparação

Estas demonstrações financeiras constituem as demonstrações financeiras preparadas pela Câmara de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), emitidas e em vigor à data de 1 de janeiro de 2010. As demonstrações financeiras da Câmara até 31 de dezembro de 2009 foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal àquela data (Plano Oficial de Contabilidade-POC e Diretrizes Contabilísticas emitidas pela Comissão de Normalização Contabilística-DC).

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Câmara, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Câmara e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

2.2 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 Conversão Cambial

As demonstrações financeiras da Câmara e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais daí resultantes são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de gastos e perdas de financiamento.

3.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para o SNC, e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, apenas quando for provável que os benefícios económicos futuros que lhe estão associados, fluam para a entidade e quando o custo poder ser mensurado com fiabilidade.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos são calculadas utilizando o método das quotas constantes, e variam entre os seguintes limites:

	<u>Taxas</u>
Edifícios e outras construções	2% - 10%
Equipamento básico	12,5% - 33,33%
Equipamento transporte	25%
Equipamento administrativo	12,5% - 25%

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.3 Ativos Fixos Intangíveis

Os ativos intangíveis integram programas de computador, projetos de arquitetura para remodelação de instalações alugadas e a marca/patente da CCILA bem como da DUAL e Jovens Empresários e estão valorizadas ao custo de aquisição.

As amortizações foram calculadas pelo método das quotas constantes à taxa anual de 33,33%, equivalente a 3 anos.

A Câmara valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo Modelo do Custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.

3.4 Imparidade de Ativos

Os ativos com vida útil finita são testados para imparidade, sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Câmara avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se for esse o caso, regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.5 Clientes e Outras Contas a Receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber constituem direitos a receber pela prestação de serviços ou outros débitos no decurso normal do negócio da Câmara. Estes direitos são reconhecidos inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (quando aplicável). Sempre que exista um acordo formal para o diferimento dos montantes a receber, o justo valor da retribuição é determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados pelo prazo de reembolso previsto.

As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Perdas por imparidade de dívidas a receber".

3.6 Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e depósitos bancários.

3.7 Imposto sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor e é registado na demonstração dos resultados.

3.8 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem: i) uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Câmara divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.9 Subsídios e Apoios do Governo

A Câmara reconhece os subsídios do IEFP pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.10 Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.11 Compensação de Saldos e Transações

Os ativos, passivos, rendimentos e gastos não são compensados, salvo se exigidos ou permitidos pelas NCRF.

3.12 Principais Estimativas e Julgamentos Apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Câmara são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa, possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir os montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos, no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

3.12.1 Provisões

A Câmara analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.12.2 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de subsídios à exploração, o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Sociedade.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos, implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho Diretor no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.12.3 Prestações de serviços

O reconhecimento do rédito pela Câmara relativamente aos cursos de formação profissional é feito com recurso a análises e estimativas da gestão no que concerne ao desenvolvimento atual e futuro das ações de formação e legislação aplicável, os quais podem vir a ter um desenvolvimento futuro diferente do orçamentado à presente data pelos responsáveis técnicos de cada projeto. Eventuais alterações de estimativa iriam influenciar as rubricas de 'Acréscimos de proveitos' e de 'Proveitos diferidos e outros passivos correntes' na posição financeira e 'Prestações de serviços' na demonstração dos resultados.

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A Câmara não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização, para os exercícios apresentados.

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2021, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	2021	2020
Caixa	4.250	15.278
Descobertos bancários	0	0
Depósitos bancários	7.437.599	7.340.623
Caixa e equivalentes de caixa	7.441.849	7.355.901

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" para efeitos da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	2021	2020
Numerário		
Caixa	4.250	15.278
	4.250	15.278
Depósitos bancários		
Depósitos à ordem	7.437.599	7.340.623
Depósitos a prazo	0	0
Outros depósitos	0	0
	7.437.599	7.340.623
Outras aplicações de tesouraria		
Em bancos nacionais	0	0
Em bancos estrangeiros	0	0
	0	0
Caixa e equivalentes de caixa (ativo)	7.441.849	7.355.901
Caixa e equivalentes de caixa (passivo)	0	0

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

5.1 Alterações nas Políticas Contabilísticas

A Câmara não procedeu a nenhum ajuste face ao período anterior, por essa razão não efetuou nenhuma correção.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2020

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de Janeiro de 2020									
Custo de aquisição	117.641	1.642.909	821.445	140.258	0	386.649	0	31.753	3.140.656
Depreciações acumuladas	0	(1.296.577)	(692.301)	(93.701)	0	(350.463)	0	0	(2.433.042)
Valor líquido	117.641	346.332	129.144	46.557	0	36.186	0	31.753	707.613
Adições	0	29.113	61.647	0	0	16.297	0	0	107.056
Alienações	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências e abates	0	0	(836)	0	0	0	0	(5.830)	(6.666)
Depreciação - exercício	0	39.366	87.577	16.005	0	16.380	0	0	159.328
Depreciação - alienações	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Depreciação - transf. e abates	0	0	(836)	0	0	0	0	0	(836)
31 de Dezembro de 2020									
Custos de aquisição	117.641	1.672.022	882.256	140.258	0	402.946	0	25.923	3.241.047
Depreciações acumuladas	0	(1.335.943)	(779.042)	(109.705)	0	(366.844)	0	0	(2.591.534)
Valor líquido	117.641	336.079	103.214	30.553	0	36.102	0	25.923	649.512

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2021

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de Janeiro de 2021									
Custo de aquisição	117.641	1.672.022	882.256	140.258	0	402.946	0	25.923	3.241.047
Depreciações acumuladas	0	(1.335.943)	(779.042)	(109.705)	0	(366.844)	0	0	(2.591.534)
Valor líquido	117.641	336.079	103.214	30.553	0	36.102	0	25.923	649.512
Adições			62.086			13.176		5.964	81.225
Alienações									0
Transferências e abates		(192.590)	(45.208)			(11.117)			(248.915)
Depreciação - exercício		38.779	61.794	14.963		9.045			124.580
Depreciação - alienações									0
Depreciação - transf. e abates		(192.590)	(45.205)			(11.117)			(248.912)
31 de Dezembro de 2021									
Custos de aquisição	117.641	1.479.432	899.133	140.258	0	405.005	0	31.887	3.073.357
Depreciações acumuladas	0	(1.182.133)	(795.630)	(124.668)	0	(364.772)	0	0	(2.467.203)
Valor líquido	117.641	297.300	103.503	15.590	0	40.233	0	31.887	606.154

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

O valor dos intangíveis refere-se sobretudo a programas de computadores adquiridos para suporte das atividades da Empresa. A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	Software	Outros	Curso	Total
A 1 de Janeiro de 2020				
Custo de aquisição	271.227	3.698	0	274.925
Imparidade acumulada	0	0	0	0
Amortizações acumuladas	(257.252)	(3.698)	0	(260.950)
Valor líquido	13.974	0	0	13.974
Adições	6.089	0	0	6.089
Alienações	0	0	0	0
Transferências e abates	0	0	0	0
Depreciação - exercício	9.657	0	0	9.657
Depreciação - alienações / transferências	0	0	0	0
31 de Dezembro de 2020				
Custo de aquisição	277.316	3.698	0	281.013
Imparidade acumulada	0	0	0	0
Amortizações acumuladas	(266.910)	(3.698)	0	(270.607)
Valor líquido	10.407	0	0	10.407

	Software	Outros	Curso	Total
A 1 de Janeiro de 2021				
Custo de aquisição	277.316	3.698	0	281.013
Imparidade acumulada	0	0	0	0
Amortizações acumuladas	(266.910)	(3.698)	0	(270.607)
Valor líquido	10.407	0	0	10.407
Adições	18.133	0	0	18.133
Alienações	0	0	0	0
Transferências e abates	(55.182)	0	0	(55.182)
Depreciação - exercício	6.584	0	0	6.584
Depreciação - alienações / transferências/abates	(55.182)	0	0	(55.182)
31 de Dezembro de 2021				
Custo de aquisição	240.267	3.698	0	243.965
Imparidade acumulada	0	0	0	0
Amortizações acumuladas	(218.311)	(3.698)	0	(222.009)
Valor líquido	21.955	0	0	21.955

8. CLIENTES

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

	2021			2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Cientes conta-corrente	579.717	0	579.717	671.449	0	671.449
Cientes - letras a receber	0	0	0	0	0	0
Cientes de cobrança duvidosa	0	0	0	0	0	0
Cientes Outros	0	0	0	0	0	0
	579.717	0	579.717	671.449	0	671.449
Perdas por imparidade acumuladas	(154.850)	0	(154.850)	(262.291)	0	(262.291)
Total Clientes	424.867	0	424.867	409.158	0	409.158

Estão contabilizados na rubrica de clientes EUR 424.867 referentes a dívidas de clientes conta corrente (Portugal e Alemanha).

Perdas por imparidade acumuladas

	2021	2020
A 1 de Janeiro	262.291	195.100
Aumentos	45.128	83.977
Utilizações	(110.815)	(8.659)
Reduções	(41.754)	(8.127)
A 31 de Dezembro	154.850	262.291

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os saldos referentes às rubricas do Estado são como segue:

	2021		2020	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	1.340	357	1.340	611
Imposto s/ rendimento - IRS	0	42.747	0	47.813
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	0	34.906	0	28.467
Contribuições p/ Segurança Social	0	77.980	0	105.434
Outros Impostos	0	389	0	336
Total	1.340	156.379	1.340	182.661

10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a decomposição da rubrica de Outras contas a receber, é como segue:

	2021			2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Devedores por acréscimo	543.627		543.627	843.129		843.129
Cauções	19.555		19.555	19.555		19.555
Outros devedores	5.434		5.434	29.394		29.394
Pessoal	428		428	413		413
Outras Contas a Receber	569.044	0	569.044	892.490	0	892.490

11. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2021 a Câmara tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

	2021	2020
Pessoal	26.433	24.656
Honorários	0	0
Assistência Técnica e Informática	10.271	486
Documentação Técnica	0	0
Deslocações	10.141	0
Rendas	1.469	0
Gastos a reconhecer	48.313	25.142
Projetos	0	15.000
Faturação antecipada	33.860	9.238
Subsídios IEFP	0	0
Subsídio DIHK	0	9.178
Rendimentos a reconhecer	33.860	33.415

A faturação antecipada está relacionada com a prestação de serviços referentes a 2022 e já faturados em 2021, nomeadamente relativos a Feiras na Alemanha e Formação.

12. RESERVAS E AJUSTAMENTOS PARTES CAPITAL

Estas rubricas registaram os seguintes movimentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Ajust. Ativos Financ.	Total
A 1 de Janeiro de 2020		592.128	1.665.929	104.554	2.362.611
Aplicação Resultado do exercício			37.342		37.342
Distribuição				(13.778)	(13.778)
A 31 de Dezembro de 2020	0	592.128	1.703.271	90.776	2.386.175
A 1 de Janeiro de 2021		592.128	1.703.271	90.776	2.386.175
Aplicação Resultado do exercício			44.531		44.531
Distribuição				(13.777)	(13.777)
A 31 de Dezembro de 2021	0	592.128	1.747.803	76.999	2.416.929

O valor de EUR. 76.999 mencionado no quadro acima refere-se ao saldo de subsídio para investimento recebido do DIHK em 2018, que vai sendo utilizado para fazer face às depreciações.

13. PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS

A evolução das provisões para Outros riscos e encargos é como segue:

	Prov. p/ riscos encargos (IEFP)	Outras provisões	Total
A 1 de Janeiro de 2021	0	457.512	457.512
Dotação	0	64.478	64.478
Utilização	0	0	0
Redução	0	(4.990)	(4.990)
A 31 de Dezembro de 2021	0	516.999	516.999

14. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos de fornecedores referem-se a:

	2021	2020
Fornecedores - Terceiros	186.636	306.454
Total saldo fornecedores - correntes	186.636	306.454

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2021, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

	2021			2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros Credores						
Fornecedores de Investimentos	0		0	0		0
Cauções	0		0	0		0
Outros	4.653.467		4.653.467	5.095.735		5.095.735
Acréscimos de Gastos						
Remunerações a Liquidar	300.230		300.230	316.097		316.097
Subsídios de Alunos	84.584		84.584	91.357		91.357
Prémios ao Pessoal	185.202		185.202	167.166		167.166
Juros	0		0	0		0
Honorários	1.512		1.512	2.654		2.654
Eventos	22.833		22.833	30.000		30.000
Publicações	0		0	0		0
Outros	764.572		764.572	466.494		466.494
Outras contas a pagar	6.012.399	0	6.012.399	6.169.503	0	6.169.503

16. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados é detalhado como segue:

	2021	2020
Quotas dos Sócios	274.795	277.926
Jóias dos Sócios	13.133	6.878
Atividades com Sócios	64.759	61.958
Feiras	32.592	80.317
Publicações	195	135
Contribuições de Empresas	435.499	339.041
Outros Serviços Prestados	1.004.583	1.035.257
Total de prestações de serviços	1.825.557	1.801.511

17. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2021 a Câmara tem registado na rubrica de subsídios os seguintes montantes:

	2021	2020
Subsídios do IEFP	3.401.531	3.103.950
Subsídios do IEFP (Medida Converte +)	5.370	2.288
Subsídios do BMWI pelo DIHK	266.428	348.600
Projeto Eficiência Energética e Energias Renováveis	173.284	161.917
Projeto Erasmus / EUREM / BiBB (Dual)	44.475	7.627
Total de subsídios à exploração	3.891.087	3.624.382

18. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	2021	2020
Trabalhos Especializados	11.223	16.943
Honorários	1.127.325	1.047.193
Conservação e Reparação	51.559	41.408
Serviços Informáticos	115.927	99.883
Material de Escritório	109.284	124.974
Energia e Fluidos	45.192	47.043
Deslocações, Estadas e Transportes	24.391	43.560
Rendas e Alugueres	563.303	567.499
Comunicação	57.055	60.536
Seguros	16.175	16.021
Limpeza, Higiene e Conforto	70.870	79.861
Seminários e Eventos	25.532	80.627
Outros	80.404	92.113
Total de Fornec. e Serviços Externos	2.298.240	2.317.659

19. GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2021, foram como segue:

	2021	2020
Remunerações:		
Órgãos sociais	263.309	257.749
Pessoal	1.603.661	1.511.118
	1.866.970	1.768.868
Encargos sociais:		
Encargos sobre remunerações	399.930	383.407
Seguros acidentes de trabalho	10.503	9.957
Outros	119.441	132.453
	529.875	525.817
Total de Gastos com o Pessoal	2.396.845	2.294.685

O número médio de pessoas ao serviço da Câmara em 2021 foi de 59 colaboradores.

20. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rúbrica de Outros rendimentos e ganhos pode ser apresentada como segue:

	2021	2020
Proveitos suplementares	379.900	379.911
Correções relativas a períodos anteriores	673	234.070
Outros	51	103
Total de Outros Rendimentos e Ganhos	380.623	614.084

21. OUTROS GASTOS E PERDAS

A rúbrica de Outros gastos e perdas pode ser apresentada como segue:

	2021	2020
Impostos	14.656	19.370
Abates	0	0
Correções relativas a períodos anteriores	32.593	1.164
Donativos	0	4.150
Estágios Curriculares	8.198	13.054
Formandos financiados e não financiados	1.117.027	1.062.918
Outros	176	687
Total de Gastos e Perdas	1.172.651	1.101.343

22. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2021 e 2020 é como segue:

	2021	2020
Custos financeiros		
Juros e gastos similares suportados	0	0
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	0	0
	0	0
Proveitos financeiros		
Juros e rendimentos similares obtidos	5.360	5.360
	5.360	5.360

23. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Nos termos do n.º 1 do art.º 21º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, a CCILA confirma não ser devedora de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social; mais informa não ser devedora de qualquer dívida perante a autoridade Tributária.